



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

**Eixo temático: Serviço Social, relações de exploração/opressão e resistências de
gênero, feminismos, raça/etnia, sexualidades**

**Sub-eixo: Relações étnico-raciais, povos indígenas, negros/as, quilombolas,
ribeirinhos e desigualdades**

A SELETIVIDADE DA DEMOCRACIA RACIAL BRASILEIRA

CAMILA BIANCHI SILVA¹

JHONNY DENILSON DA SILVA²

RESUMO

Neste artigo, busca-se analisar como o mito da democracia racial brasileira está inserido no capitalismo global, através de análise bibliográfica e documental. Há uma ideia do Brasil como um país harmônico, mas no dia a dia para determinados grupos - negros, indígenas e imigrantes (não brancos) - essa harmonia não se estende. Assim, o imaginário social criado coopera com a dominação capitalista.

Palavras-chave: democracia racial; Brasil; racismo; imigrantes.

ABSTRACT

This article seeks to analyze how the myth of Brazilian racial democracy is inserted into global capitalism, through bibliographic and documentary analysis. There is an idea of Brazil as a harmonious country, but in the daily lives of certain groups - blacks, indigenous people and immigrants (non-whites) - this harmony does not extend. Thus, the social imaginary created cooperates with capitalist domination.

Keywords: racial democracy; Brazil; racism; immigrants.

Introdução

“Um país tropical, abençoado por Deus e bonito por natureza (mas que beleza)”. Ouvir esses versos de Jorge Ben nos conduz a um cenário amistoso e cordial, um Brasil encantador e

¹ Universidade Federal do Espírito Santo

² Universidade Federal do Espírito Santo

acolhedor. Sim, há alegria e, de fato, é um território muito bonito, abundante e com uma rica diversidade natural e humana, contudo, no cotidiano a cordialidade é bem seletiva.

Fala-se que o Brasil é uma democracia racial, que aqui não há preconceito, mas isso não é o que aparece no dia a dia, na vivência, de povos historicamente subalternizados. O discurso 'bonito' não condiz com as práticas diárias. Tudo não passa de um engodo, de ideias criadas para esconder e silenciar contradições, pois como coloca Lélia Gonzalez: "(por que) [...] se tem 'o preconceito de não ter preconceito' e ao mesmo tempo se acha natural que o lugar do negro seja nas favelas, cortiços e alagados?" (2020, n.p). E isso não é de hoje.

Moura (1983) expressa que a subordinação ao sistema colonial, e conseqüentemente ao sistema imperialista mundial, conformou o desenvolvimento econômico, político, social e cultural do Brasil através de recursos ideológicos que mistificavam (e mistificam) a realidade, como a ideia da democracia racial. A partir disso, podemos depreender que a escravidão negra teve uma atuação *sui generis* na formação da sociedade brasileira e foi de extrema importância, e necessidade, para os dominadores a criação de aparatos ideológicos que neutralizassem e amenizassem, no plano abstrato, toda a brutalidade e exploração cometida. A questão racial é uma determinante do capitalismo.

Assim, rever e reinterpretar a história brasileira fez-se (e faz-se) mais que necessário de modo a perceber os reais sujeitos da construção desse país: povos negros e indígenas. Tais povos foram saqueados, expropriados e dizimados pelos colonizadores, entretanto a ideia 'vendida' pelos dominadores é de uma harmonia, uma convivência pacífica, regida por leis naturais, e que se mantém até os dias atuais culminando no (suposto) ambiente racial democrático brasileiro. Entretanto, vide o histórico e as condições atuais de vida das populações negras e indígenas é perceptível que a democracia racial brasileira não passa de um mito. E não somente, imigrantes oriundos de países periféricos do capital também padecem diante do preconceito enraizado na sociedade brasileira.

O mito da democracia racial ainda ecoa pelos quatro cantos do país. Por ele, tem-se a (falsa) ideia de que todos têm os mesmos acessos, as mesmas oportunidades: todos são iguais. Contudo, à uma (grande) parte da população muito é negado e outro tanto lhes é retirado: a cidadania não é para todos (Elpídio, 2020). E para além, ele reforça a subordinação do país aos centros capitalistas, que regem e orquestram a sociedade brasileira, uma vez que as ações aqui tomadas, sejam políticas, econômicas ou sociais, passam a ter como objetivo o atendimento às demandas do grande capital.

Pretende-se aqui analisar o lugar do mito da democracia racial brasileira no capitalismo global, através de análise bibliográfica e documental. Para tanto, é mister desvendar elementos que envolvem o mito da democracia racial observando como elementos históricos foram e são forjados/ocultados para favorecer a dominação espacial e racial pelas metrópoles europeias. Para este fim, vale-se de leitura bibliográfica de autores que têm o negro como referência e partem de pesquisas científicas, para levantar referências que contradizem a ideia da existência de uma democracia racial no Brasil, bem como da suposta benevolência da escravidão aqui ocorrida. Da mesma forma, foram examinados relatórios recentes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) e do Observatório das Migrações Internacionais (OBMigra).

Uma fábula arquitetada há tempos

A formação histórica do Brasil favoreceu a imposição e manutenção de modelos e narrativas vindos de fora e aqui adaptadas de forma a parecerem nacionais, como parte orgânica da história da nação. Contudo, essas narrativas apresentavam apenas um lado da história, ou melhor, apresentavam outros lados envolvidos, mas sempre do ponto de vista de um só deles. A história oficial apresentada é a história branca, europeia, ocidental e masculina. Aos demais grupos sociais foram deixadas as margens.

Florestan Fernandes (1976) sublinha as particularidades brasileiras e como elas foram fundamentais na formação do capitalismo nacional. Capitalismo que, aqui, desponta tardiamente e mantém a dependência dos grandes centros econômicos do mundo, na Europa ocidental. Essa dependência dos centros capitalistas foi fundamental à estrutura econômica colonial do Brasil (Gonzalez, 2020; Nascimento, 1978). Com isso, fica evidente que sem a escravidão o sistema capitalista não se desenvolveria como ocorreu. Ainda, Lélia Gonzalez (2020) destaca o papel do racismo na divisão racial do trabalho, através do qual povos historicamente subalternizados serão condicionados em determinados postos de trabalhos, em atividades pré estabelecidas.

O avanço do capitalismo, enquanto sistema global, em dado momento demandava trabalhadores livres para que esses pudessem vender sua força de trabalho. Assim, o sistema escravista deveria ser substituído por outro regime de trabalho (Moura, 1983). Contudo, a exploração se manteria. Grupos privados permaneceriam com o controle sobre o trabalho, sobre as demais pessoas. Ou seja, pouco mudaria efetivamente, apenas o *status* jurídico. Marx (2023, p. 830) afirma que: “[...] transformação direta de escravos e servos em trabalhadores assalariados,

ou seja, mera mudança de forma, ela não significa mais que a expropriação dos produtores diretos”.

Aqui no Brasil, tal processo ocorreu tardiamente e ocasionou uma série de ‘atrasos’ na formação brasileira: atrasos políticos, econômicos e sociais, decorrentes da heteronomia brasileira. O racismo faz parte da estrutura de dominação e reprodução capitalista e vai sendo modificado com as fases do capitalismo, para acompanhar seus passos. Ele reforça as relações de dependência e subordinação das nações que foram colonizadas, mantendo, até os dias atuais, uma base colonial, sob novos nomes (Moura, 2020). Desde a época das, chamadas, grandes navegações, o colonizador europeu se fez valer de ideias e de uma ciência forjada e usurpada que justificasse os crimes que foram cometidos em nome de uma suposta civilização. Clóvis Moura (2020) sublinha que a criação de um discurso que respaldasse as predatórias ações dos colonizadores atendia às aspirações capitalistas.

Raça como elemento de diferenciação e classificação entre os seres humanos é um aspecto apresentado pela Modernidade a fim de assegurar a dominação colonial (Almeida, 2019). Tratava-se de uma “tecnologia (...) para destruição de povos nas Américas, África, Ásia e Oceania” (Almeida, 2019, n.p). O apelo a diferenças raciais, biológicas e/ou geográficas propicia a inferiorização dos povos não europeus, e conseqüente ‘naturalização’ de seu, suposto, lugar subalterno. Vê-se, assim, seu aspecto político: “[...] racismo como processo histórico e político cria condições sociais para que grupos racialmente identificados sejam discriminados de forma sistemática” (Almeida, 2019, n.p).

O racismo é uma ideologia que se ampara em práticas sociais (Almeida, 2019) e a ideia da democracia racial compõe o bojo de artimanhas para perpetuação do racismo. Corroborando esse pensamento, destaca Gonzalez (2020, n.p): o racismo é uma “construção ideológica e um conjunto de práticas”, e ainda desencoraja e impede o debate sobre a questão racial.

Com o objetivo de inferiorizar e relegar a população negra à posições sociais inferiores e servis, no quadro ideológico são construídas e atribuídas à essa população características insensíveis e perversas, de modo a torná-las inerentes à população negra, como se sua índole fosse má “por natureza”, o que justificaria sua permanência em espaços subservientes (Gonzalez, 2020). Moura (1977) destaca que essas estratégias compõem instrumentos de barragem, isto é, são entraves à ascensão e participação efetivas de negros e negras na sociedade brasileira, para além daqueles espaços em que estão colocados.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

O controle sobre as narrativas são fundamentais para o êxito desse ‘empreendimento’. São os brancos os porta-vozes do país, os que têm os privilégios de decidir e logo são os propagadores do mito da democracia racial, pois muito se beneficiam dele (Nascimento, 1978). À vista disso, a exposição histórica é feita de forma a apresentar a escravidão como um período calmo. É comum a comparação entre os períodos escravistas do Brasil e dos Estados Unidos, o qual teria, sim, sinais de dureza (Moura, 1977; Nascimento, 1978). Contudo, ignora-se e busca-se esconder o que de fato ocorria com as pessoas escravizadas no Brasil: a severidade dos engenhos, o trabalho ininterrupto, as torturas, os suicídios, a fragmentação das famílias dos escravizados, as péssimas condições de vida (uma vez que era mais ‘vantajoso’ aos senhores de engenhos substituir os escravizados que lhes propiciar um ambiente com um mínimo de salubridade), os estupros de mulheres escravizadas etc. Com isso, pode-se constatar que tal comparação é ilegítima e desonesta.

Credita-se ao colonizador português características benevolentes, dado que este se ‘misturava’ com os negros, em especial as negras. Nascimento (1978) ressalta que era propagada a ideia, principalmente por Gilberto Freyre, de que a colonização portuguesa por onde passava criava “[...] não só uma altamente avançada civilização, mas de fato um paraíso racial nas terras por eles colonizadas” (Nascimento, 1978, p. 42). Abdias do Nascimento (1978) afirma que tais argumentos são inverdades, dissimulações e que não apenas falsificam, como ocultam partes da história.

Moura (1977) e Nascimento (1978) destacam que para validar a concepção benevolente da escravidão no Brasil é comum entre os defensores da democracia racial o apelo a alguns elementos existentes no período, como: a existência das nações africanas, espaços para os escravizados festejarem (mas que ao fim tinha o propósito de estimular rivalidades); as fraternidades religiosas (que tinham na verdade funções disciplinares); e a presença da Igreja Católica (também protestantes), que traria um semblante igualitário e humanista. Contudo, nada disso se verifica pois estas instituições e ações procuravam, antes, justificar as ações dos colonizadores, assim como outras ‘benesses’ tinham mais intuítos de controle e acomodação, do que favorecer de alguma forma os escravizados.

O domínio sobre a história, sobre como ela é apresentada, assegura que o racismo se mantenha e se dinamize. O racismo no Brasil aparece de forma dissimulada exatamente porque o mito da democracia racial tem grande aceitação, atestando sua eficácia. Dessa forma, ele aparece institucionalizado. Através dos órgãos de poder garante-se controle social e cultural, por meio do



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

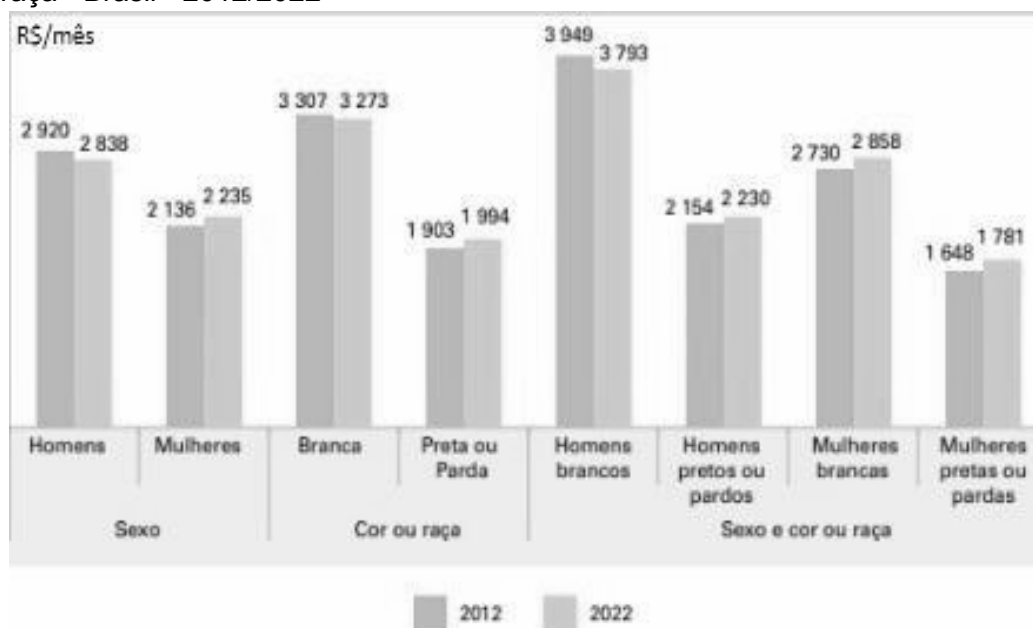
10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

sistema educativo, na comunicação de massas e da produção literária. Nascimento (1978) frisa que esses espaços atendem as classes que detêm o poder e reproduzem ideais e valores europeus e norte-americanos. Tudo isso cria uma estrutura que condiciona o negro a espaços desvantajosos na sociedade brasileira, assim como fortalecem o racismo e o mito da democracia racial. Não existem leis que forcem negros e negras a lugares subalternos, mas a conjuntura e a estrutura na qual o Brasil foi construído os direciona e condiciona a tais espaços.

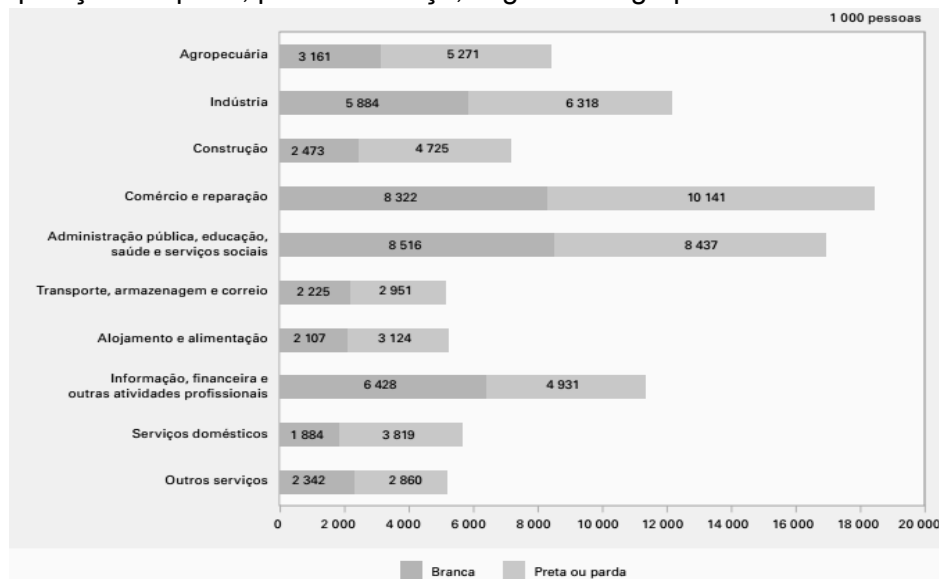
Dessa forma, é incontestável que a democracia racial brasileira é uma falácia. Muito se fala em oportunidades iguais, tratamentos iguais entre negros e brancos, mas na realidade não é o que se verifica. Busca-se apelar ao critério de classe, em detrimento do racial (advogando pela ideia de 'um povo só'), mas a realidade denuncia o contrário: de fato, na classe trabalhadora, brancos e negros são explorados, mas a opressão racial potencializa a exploração sobre os negros (GONZALEZ, 2020). Para tanto, pode-se observar a renda entre brancos e negros de mesmo nível educacional: os primeiros tem melhores salários (embora não o suficiente para lhes dar um salto de classe, mas os coloca em posição vantajosa), assim como ocupam melhores postos de trabalho. Esses aspectos podem ser percebidos nos gráficos a seguir:

Gráfico 1 - Rendimento médio real de todos os trabalhos das pessoas ocupadas, segundo sexo e a cor ou raça - Brasil - 2012/2022



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2012/2022.

Gráfico 2 - População ocupada, por cor ou raça, segundo os grupos de atividade - Brasil - 2022

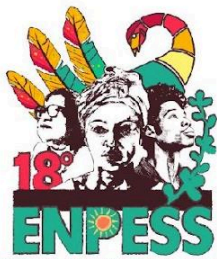


Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2012/2022.

Casamentos interétnicos e a chegada em massa de imigrantes europeus no Brasil muito contribuíram para o embranquecimento da população brasileira e apagamento da população negra. Contudo, Clóvis Moura (1977) afirma que o desaparecimento do componente negro no Brasil se deve principalmente pela morte, dadas as condições de vida a que essa população é submetida: pauperismo, marginalização, subemprego, miséria, violência institucional.

Nessa mesma ótica, Moura (2014) destaca como essa série de táticas faziam parte desse projeto perverso de branqueamento através da miscigenação, visto que as classes dominantes elaboraram estratégias que se embasavam numa filosofia do branqueamento espontâneo via miscigenação, e como complemento apresentavam-se como “piloto da confraternização racial, cujo exemplo deveria ser seguido pelos demais países poliétnicos” (Moura, 2014, p. 218).

Além disso, um fator que também contribuiu para a degradação da população racializada no país, nesse percurso chamado “pós abolição”, foi a estratégia estatal onde os negros libertados ficaram completamente desamparados pelo governo no que tange a habitação, condições de vida e emprego, etc.. No contraponto, famílias brancas de origem europeia estavam ganhando títulos e



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

terrenos para migrarem de países da Europa e passar a viver no Brasil (Nascimento, 1978), oferecendo-lhes assim terras e garantia de moradia, como incentivo à migração de cidadãos do continente europeu. Conforme Duarte (2023), enquanto havia esses privilégios para imigrantes, “deslocava-se o ex-escravizado do centro do sistema de produção para a periferia deste, bem como se criavam as premissas econômicas de sua marginalização” (Duarte, 2023, n.p).

O escamoteamento do elemento racial sempre esteve presente na história brasileira e se mantém. Lélia Gonzalez e Abdias Nascimento observam que mesmo entre grupos progressistas o racismo é disseminado. Gonzalez (2020) aponta que tais grupos tendem a reduzir a questão racial a aspectos socioeconômicos, fortemente influenciados pelo pensamento europeu, tornando-se assim “cúmplices de uma dominação que pretendiam combater” (n.p). Já Nascimento (1978) destaca o que ocorre nas universidades, supostamente espaços mais abertos à diversidade, mas que limitam o acesso do mundo negro. O autor pontua que nas universidades reconhece-se a importância do debate da questão racial, mas não oferecem propostas, pois isso significa ir de encontro à dominação branca e a perda de privilégios. E assim, o racismo se perpetua na academia brasileira, ainda com o pensamento social subordinado aos marcos epistemológicos europeus (Elpídio, 2020).

Nesse sentido, Elpídio (2020) postula que sem crítica radical, reformulação política e modificação dos pólos de poder pouco se faz para, verdadeiramente, romper com o pensamento dominante e oportunizar a ultrapassagem de opressões; contudo a superação do Estado capitalista é ponto central para fim do racismo e outras opressões e explorações. Moura destaca que o mito da democracia racial desarticula a “consciência crítica e revolucionária do negro brasileiro” (1983, p. 31), dada a sua ‘eficiência’ de se infiltrar nos sujeitos

A manobra atinge a todos (que estão fora da matriz branca masculina europeia)

Como já colocado, o racismo tem sido um elemento basilar do sistema capitalista, e se tratando da relação entre países periféricos e centrais do capitalismo, assume uma relevância ainda maior ao colaborar com a manutenção da relação de dependência das periferias com os grandes centros - assegurando a manutenção do *status quo*, assim como a continuidade do domínio branco, masculino, europeu e ocidental.

O mito da democracia racial oportuniza um ambiente que naturaliza desigualdades sociais, por meio do enfoque racial através da criação de concepções e teorias que indicam a

superioridade de algumas raças em detrimento de outras (Moura, 2020). Dessa forma, mantêm a diferenciação que torna possível a exploração de classe (Gonzalez, 2020).

A inserção da população negra no capitalismo não lhes rendeu grandes oportunidades para, de fato, terem reais mudanças em suas condições de vida. Findada a abolição, a estrutura exploratória e autoritária se manteve, e aos negros 'libertos' foram relegadas precárias condições de vida, cenário que se mantém até os dias atuais (Elpídio, 2020; Moura, 2020), como já mencionado. Ou seja, não houve naquele momento um rompimento concreto com o sistema de exploração anterior.

Esse drama ficou intrínseco à abolição, que como pondera Fernandes (2017, p. 30), "largou a massa dos ex-escravos, dos libertos e dos ingênuos à própria sorte, como se eles fossem um simples bagaço do antigo sistema de produção". Não somente, Duarte (2023), acrescenta que

Além dessa alienação, o trabalho escravo era extremamente rotineiro e os próprios senhores não procuravam o aperfeiçoamento e investimento do ponto de vista técnico, o que impediu os ex-escravizados de alcançar um grau de engajamento efetivo no mercado de trabalho (DUARTE, 2023. n.p).

A lavoura cafeeira, na década de 1880, transformou a demografia da cidade de São Paulo. Fernandes (2008), aponta três desdobramentos deste movimento: deslocamento da mão de obra escravizada da capital para o interior, a ida de negros libertos para a cidade em busca de trabalho livre e um rápido aumento da população branca com a chegada de imigrantes europeus. Assim, esses imigrantes passaram a ocupar melhores espaços de trabalho e tomando postos até então ocupados por negros:

[...] só o fator humano preponderante passou a ser o agente por excelência do trabalho livre, o imigrante (...) negro eliminado das posições que ocupavam no artesanato urbano ou no comércio de miudezas e serviços, fortalecendo-se de modo severo a tendência a confiná-los a tarefas ou ocupações brutas, mal redistribuídas e degradantes (Fernandes, 2008, p. 40-41).

A substituição do sistema escravista pelo sistema competitivo capitalista para este segmento populacional, no fim das contas, não lhes rendeu grandes oportunidades e os manteve atrelados a espaços/ ocupações determinados, restringindo sua mobilidade social. (Moura, 1983). Houve uma reconfiguração do papel destas pessoas no sistema capitalista, mas ainda em posição de inferioridade. Não apenas nas más condições de trabalho que a população negra brasileira foi deixada à margem da sociedade do trabalho livre. As ações para marginalizar os corpos escravizados, seguiam a direção de uma estratégia eugenista para embranquecer o Brasil pós 1888.

Conforme aponta Gonzalez (2020), o que “restava” pra estes eram os subempregos que se assemelhavam ao dos trabalhos praticados enquanto escravos: mulheres negras passam a ser cuidadoras de crianças e lares, com salários completamente irrisórios, e os homens passam agora aos trabalhos braçais como pedreiros e engraxates, reiterando assim a ótica de trabalhos inferiores que só cabiam para estes ex-escravos (Gonzalez, 2020).

Em contrapartida, o mercado de trabalho desejável era apenas aberto para a população branca urbana, afinal de contas, já havia se tornado uma cultura que os trabalhos domésticos, por exemplo, deveriam ser executados exclusivamente por mulheres negras (Gonzalez, 2020).

Moura (1977) destaca que a população negra tem um lugar central na composição do exército industrial de reserva. Segundo o autor:

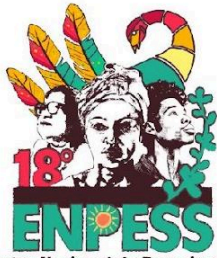
Os negros que habitam as favelas, os mocambos, os cortiços, os alagados, os pardieiros são mantido como exército industrial de reserva de mão-de-obra não qualificada para forçar, no plano econômico, a segurança de níveis mínimos de salários aos trabalhadores já engajados no processo de trabalho (Moura, 1977, p. 86).

Também imigrantes, oriundos de países periféricos do capitalismo, engrossam o exército industrial de reserva. Antunes (2018) afirma que os trabalhadores imigrantes compõem o exército industrial de reserva e “aumentam os bolsões de trabalhadores sobrantes, descartáveis, subempregados e desempregados” (2018, n.p). E mais, ressalta ainda que tais trabalhadores em conjunto com mulheres e negros tem sido os mais atingidos pelas precarizações do mundo do trabalho.

A essência competitiva capitalista é impulsionada pelas clivagens entre as classes sociais e entre as raças. Observa-se, então, não apenas a divisão social do trabalho, mas a divisão racial do trabalho e a divisão racial internacional do trabalho³.

Como já mencionado, no período que se seguiu após a abolição da escravidão, aponta Moura (1983), ocorreram surtos migratórios para o Brasil a fim de trazer uma mão de obra qualificada e colaborar com o projeto de embranquecimento do país (e apagamento do elemento negro). Mas, a partir da década de 1970, com o florescimento da era neoliberal e suas ideias de globalização, observou-se a inversão dos fluxos migratórios - não mais dos centros capitalistas para as periferias, mas o caminho contrário - e a intensificação desses (Antunes, 2018). Nesse ‘novo’ movimento, observa-se que a ideia do mundo global, unido e sem fronteiras não passa de uma falácia. Assim, a globalização também pode ser vista também como um mito, pois vê-se

³ Clóvis Moura (2020) sublinha o surgimento da ideia de raças e o ‘advento’ do capitalismo. A diferença entre as raças vai ser uma chave essencial para justificar e estimular dominações, assentadas em argumentos supostamente científicos.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

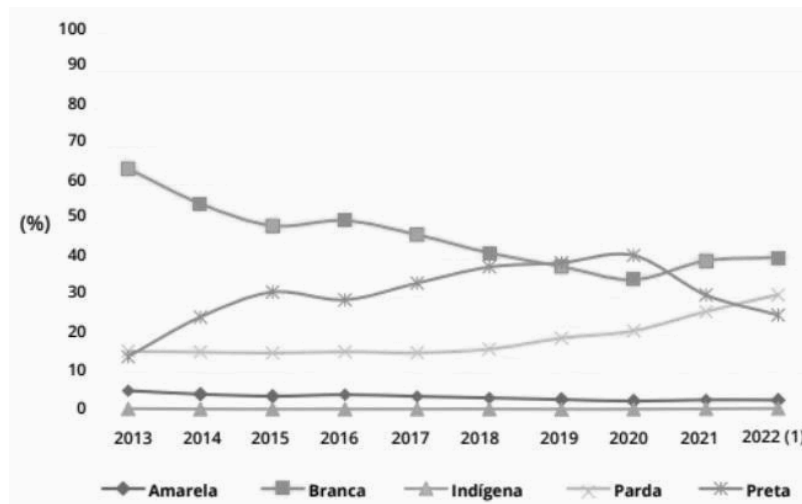
10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

trânsito livre para capitais, mercadorias e uma elite capitalista; mas para a classe trabalhadora de países periféricos, populações racializadas, o tráfego é limitado.

Ao verificar os relatórios do Observatório das Migrações Internacionais - OBMigra - percebemos, mais uma vez, a inexistência da democracia racial brasileira. Imigrantes vindos de países europeus ou norte-americanos (brancos) têm vantagens e ocupam os melhores postos de trabalho, ao passo que imigrantes asiáticos, africanos e latino-americanos não apenas recebem menores salários, mas têm os trabalhos mais exaustivos e em condições insalubres (Cavalcanti, Oliveira, Silva, 2023). Pode-se observar esses elementos nos gráficos que seguem:

Gráfico 3 - Distribuição percentual de imigrantes no mercado formal de trabalho por cor ou raça - 2013 a 2022



Fonte: Elaborado pelo OBMigra, a partir dos dados do Ministério da Economia, base harmonizada RAIS-CTPS estoque 2013-2021 e base harmonizada RAIS-CTPS-CAGED, 2022

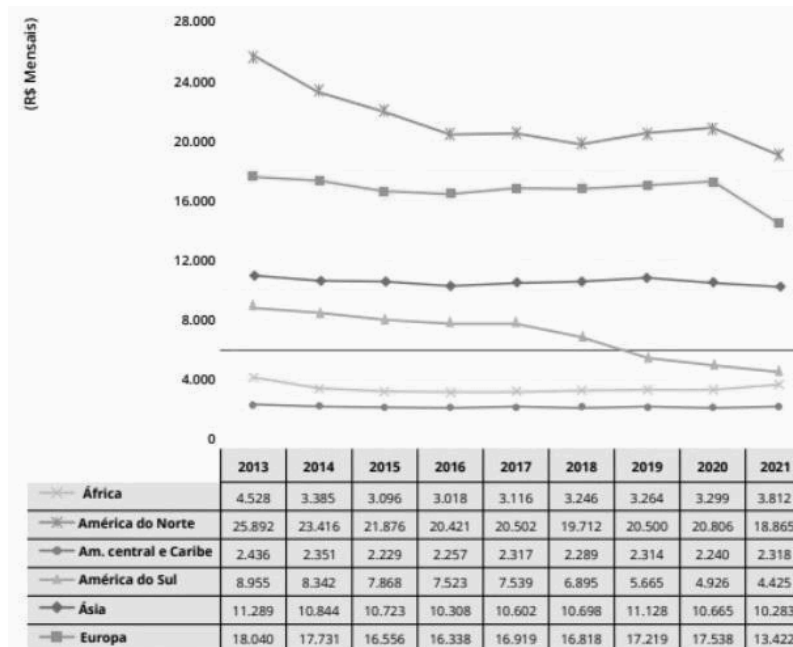
Gráfico 4 - Rendimento médio mensal real dos imigrantes no mercado de trabalho formal por continentes - 2013 a 2021



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social



Fonte: Elaborado pelo OBMigra, a partir dos dados do Ministério da Economia, base harmonizada RAIS-CTPS estoque, 2021.

E para além das diferenças no acesso ao mercado de trabalho, também no cotidiano aos imigrantes provenientes de países periféricos, dificuldades e barreiras são impostas a todo o tempo. A imagem que o mito da democracia racial vende sobre o Brasil passa uma ideia que não atende a todos de forma igual. O povo brasileiro tem a reputação de ser um povo acolhedor, mas não é o que vemos na prática. Quando se trata de imigrantes - pretos, pardos, amarelos e indígenas - o 'não acolhimento' se torna ainda mais visível. A xenofobia se mostra de forma explícita contra esses povos. A falta de conhecimento do outro, da cultura do outro, cria um ambiente hostil para muitos que chegam no Brasil. Com o aumento de ideias conservadoras, nos tempos recentes, observamos o crescimento de discursos de ódio relacionados a estrangeiros, em especial quando estes têm origem em países periféricos do capitalismo. Logo, desmistificar e fomentar o debate, com aportes em elementos históricos, sociais e culturais, pode favorecer a construção de uma sociedade justa e livre de exclusões.

Nesse sentido, vê-se que também a cidadania (mesmo que seja a cidadania burguesa, limitada e circunscrita ao consumo e ao trabalho) é negada (CFESS, 2016). Ademais, as variadas causas que conduzem a migrações são entendidas como questões individuais, apesar de terem suas origens relacionadas às desigualdades geradas pelo sistema capitalista, isto é, estão ligadas às contradições entre capital e trabalho.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Percebe-se, então, que ter atenção ao elemento racial é fundamental para a compreensão da dinâmica do sistema capitalista, que tem no racismo (em suas diversas formas) um elemento basilar para sua consolidação, manutenção, reprodução e predominância. É através destes mecanismos que a exploração é possibilitada, ao mesmo tempo em que passa 'despercebida'. Contudo, para aqueles que padecem de suas consequências na vida cotidiana, na pele, ela está sempre manifesta.

O compromisso do Serviço Social

De acordo com Magali Almeida (2017), o projeto societário brasileiro pós abolição seguia moldes europeus, logo aqueles não pertencentes a tais padrões eram (e são) direcionados a espaços desqualificados. O racismo aprofunda as expressões da questão social, objeto de intervenção de assistentes sociais. Povos, historicamente, discriminados racialmente encontram-se em situação de vulnerabilidade social, sujeitos a variadas formas de violência e abusos: basta vermos o trato recebido por jovens negros pela polícia brasileira, ou as práticas pelas quais imigrantes passam nos postos de controle de fronteiras. São agrupamentos que têm suas particularidades invisibilizadas pelas políticas públicas em todas as áreas: saúde, educação, assistência social, habitação, artes e mídia (Eurico, 2013). Se deparam com políticas precarizadas, quando não têm o acesso negado ou dificultado.

Tudo isso, parte do projeto capitalista, que com suas estratégias neoliberais tende a desmontar cada vez mais as políticas públicas (Almeida, 2017). Nesse ínterim, o elemento racial segue central a reprodução capitalista, pautada na exploração para extração de mais-valia: “[...] ainda que raça não tenha nenhum sentido biológico, sob o ponto de vista sócio-histórico, raça continua sendo um recurso político-ideológico de estigmatização, segregação, dominação e exploração em todo o mundo” (ABEPSS, 2018, p. 426).

A inserção do Serviço Social no debate racial é mais do que importante, é intrínseca, dado que a profissão assumiu um compromisso com a construção de uma outra sociabilidade, comprometida com a classe trabalhadora. Trata-se de fortalecer o projeto ético-político profissional, em sua direção política, que rumo a conquista de valores emancipatórios (CFESS, 2016a).

Esta integração deve se dar tanto na formação, quanto no exercício profissional (Magali), pois é através da apreensão da questão racial, em uma reflexão crítica, que pode-se pensar em práticas interventivas que não fiquem restritas a respostas individuais. Como coloca Almeida

(2019, n.p): “[...] é imperativo refletir (realizar) mudanças nas relações sociais, políticas e econômicas” para combater o racismo.

Toda a classe trabalhadora é atingida pelas transformações pelas quais a sociedade vem passando. Assim, os usuários do Serviço Social são impactados com o aguçamento das expressões da questão social, assim como também são os profissionais. Seja na manutenção de suas vidas cotidianas, onde a expropriação sobre a classe trabalhadora se intensifica, seja em suas condições de trabalho, que vêm sendo escamoteadas com a reestruturação produtiva da década de 1970, em detrimento da plena realização do projeto neoliberal.

Assistentes sociais têm que lidar não só com a precarização dos seus processos de trabalho (jornadas extensas, vínculos contratuais diversos, baixa remuneração), mas também com o sucateamento das políticas sociais - seu principal local de trabalho -, que muitas vezes estorva a realização plena de seu trabalho, assim como do projeto ético-político da profissão. Nesse horizonte, o profissional precisa analisar os limites e as possibilidades, dentro do modo de produção capitalista, ao elaborar sua intervenção. Em suma, são inúmeros os desafios, em um ambiente onde a política social vem sofrendo constantes reveses.

Mas, o comprometimento da profissão com a classe trabalhadora e a colaboração com a construção de uma nova ordem societária, devem impulsionar um exercício profissional dedicado ao “[...] desvelamento das práticas discriminatórias enraizadas em diversas instituições, com vistas a garantia dos direitos sociais, sem qualquer forma de discriminação racial” (Eurico, 2013, p. 307).

Considerações finais

Componentes históricos, sociais e culturais da formação brasileira concorrem para a manutenção do preconceito como ele aqui ocorre (Moura, 1977). Fala-se de um país coeso e democrático, de igual acesso a todos, mas Nascimento (1978) questiona como pode haver harmonia se só um lado (o branco) detém todos os poderes: político, econômico e social.

Vê-se, então, a urgência de se perscrutar para além da esfera econômica, visto que esta deixa lacunas a uma compreensão mais profunda e fidedigna tanto da formação, como da atualidade brasileiras.

Nascimento (1978) destaca ainda que, além de beneficiar os dominadores, o mito da democracia racial ainda é um mito conveniente ao atenuar a consciência de culpa do colonizador,



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

ALMEIDA, Silvio L. **Racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019. Disponível em: [Racismo estrutural \(Feminismos plurais\) \(usp.br\)](#). Acesso em: 26 jun. 2024.

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2018.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL. Subsídios para o debate sobre a questão étnico-racial na formação em Serviço Social. **Temporalis**, Brasília (DF), ano 18, n. 36, p. 422-434, jul./dez. 2018. Disponível em: [Vista do SUBSÍDIOS PARA O DEBATE SOBRE A QUESTÃO ÉTNICO-RACIAL NA FORMAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL \(ufes.br\)](#). Acesso em: mai. 2024.

CAVALCANTI, L.; OLIVEIRA, T.; SILVA, S. L. Relatório Anual OBMigra - 2023: OBMigra 10 anos: pesquisa, dados e contribuições para políticas públicas. **Série Migrações**. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração laboral. Brasília, DF: OBMigra, 2023. Disponível em: [Relatório Anual 2023.pdf \(mj.gov.br\)](#)

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (Org.). Xenofobia. **Série Assistente Social no combate ao preconceito**. Caderno 5. Brasília, 2016. Disponível em: [caderno5_xenofobia.pdf \(cress-es.org.br\)](#). Acesso em: 18 out. 2022.

_____. Racismo. **Série Assistente Social no combate ao preconceito**. Caderno 3. Brasília, 2016a. Disponível em: [CFESS-Caderno03-Racismo-Site.pdf](#). Acesso em: 26 abr. 2024.

DUARTE, R. As contribuições da interpretação de Clóvis Moura sobre a escravidão no Brasil e seus possíveis diálogos com os Estudos Organizacionais. **Cadernos EBAPE.BR**. Rio de Janeiro, n.21, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cebape/a/z8qmLPbdwBfKgxN9nT6gQ7N/> Acesso em: 21 de Julho de 2024.

ELPIDIO, Maria H. O lugar da negritude nas políticas do Estado brasileiro: faces persistentes de uma presente ausência. **Revista Vértices**, [S. l.], v. 22, n. especial, p. 834– 850, 2020. Disponível em: [O lugar da negritude nas políticas do Estado brasileiro: faces persistentes de uma presente ausência \(redalyc.org\)](#). Acesso em: 28 dez. 2023. FERNANDES, Florestan. A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

EURICO, Márcia C. A percepção do assistente social acerca do racismo institucional. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 114, p. 290-310, abr./jun. 2013. Disponível em: [SciELO - Brasil - A percepção do assistente social acerca do racismo institucional A percepção do assistente social acerca do racismo institucional](#). Acesso em: 23 out. 2023.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. 3 ed. São Paulo: Globo, 2008.

_____. **Significado do Protesto Negro**. São Paulo: Expressão Popular, 2017.

GONZALES, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**. 1ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICAS. Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2023. IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: [liv102052.pdf \(ibge.gov.br\)](#).

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. Livro I: O processo de produção do capital. 3 ed. São Paulo: Boitempo, 2023.

MOURA, Clóvis. **O negro de bom escravo a mau cidadão?** Rio de Janeiro: Conquista, 1977.

_____. **Brasil**: raízes do protesto negro. São Paulo: Global Editora, 1983.

_____. **Dialética Radical do Brasil Negro**. 2 ed. São Paulo: Fundação Maurício Grabois, 2014.

_____. O racismo como arma ideologia de dominação. In: MOURA, Clóvis. **Racismo e luta de classes no Brasil** – textos escolhidos. Ed. Terra sem amos, Brasil, 2020. Disponível em: [O Racismo como Arma Ideológica de Dominação \(marxists.org\)](#). Acesso em: 28 dez. 2023.

NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio do negro brasileiro**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1978.